

“PESQUISA: PARA QUÊ ?”

Prof. Dr. Rubem Alves

Proponho-me, neste ensaio, a defender a tese de que, antes de levantar as perguntas epistemológicas e metodológicas, o cientista deve propor-se a pergunta ética. As perguntas epistemológicas e metodológicas têm a ver com o **como** do conhecimento. A pergunta ética tem a ver com o **para quê ?** do conhecimento.

Para que conhecer ? Para que pesquisar ?

Perguntas que causam uma profunda estranheza. E isto porque a ideologia silenciosa que acompanha o cotidiano da prática científica, pressupõe que tais perguntas já tenham sido respondidas há muito, de forma satisfatória e definitiva. Pressupomos, de forma não crítica, que todo conhecimento é bom; que o conhecimento contribui sempre para o bem-estar e a felicidade dos homens; que o aumento de conhecimento implica sempre aumento da liberdade, na medida em que ele contribui para estender o nosso domínio e controle da natureza. Na verdade, não estamos muito distantes de Priestley que, encantado com as promessas da ciência, afirmava:

“Qualquer que tenha sido o começo do mundo, o fim será glorioso e paradisíaco, muito além daquilo que a nossa imaginação pode conceber... Os homens farão com que a sua situação no mundo seja cada vez mais fácil e confortável; provavelmente eles prolongarão a sua existência e ficarão cada vez mais felizes.” (1).

Provavelmente me contestarão, dizendo que não há cientistas ingênuos a tal ponto. Pode ser que seja assim. Entretanto, parece-me que o silêncio ético que acompanha a prática científica, e o domínio das preocupações epistemológicas e metodológicas, são indicações suficientes para nos fazer

(1) Citado por John Baillie. *The Belief in Progress*, New York, Scribner's Sons, 1951 pág. 111.

suspeitar de que, ainda que o neguemos conscientemente, comportamo-nos como se as questões éticas já estivessem resolvidas, restando-nos apenas resolver o problema do **como** do conhecimento científico.

Insisto na necessidade de restaurar a preocupação ética, como preliminar às questões epistemológicas. Esta é a razão por que me atrevo a fazer a pergunta: "**Pesquisa: para quê ?** A pergunta pode ser mal compreendida. Há um cheiro utilitário, pragmático, imediatista e, em última análise, comercial, nesta questão. O "para quê ?" pode ser interpretado como "para que serve ?" — pergunta esta que, numa sociedade de produção e consumo, tem um sentido preciso: em que mercadoria pode tal conhecimento ser transformado ? A tentativa de equacionar conhecimento com mercadoria deve ser resistida pela recusa em se responder à questão. Entretanto, num nível mais profundo, a pergunta pode simplesmente significar que se está pedindo do cientista que ele dê contas da **função social real** do seu conhecimento, do resultado social de suas investigações. E tal função e resultado dependem muito pouco (ou nada) das intenções conscientes dos cientistas.

Este é o nível do problema de que devemos ter consciência, ao levantar a pergunta ética. A história da sociedade indica que não existe continuidade alguma entre **intenção** e **função**. Intenções são nossas disposições subjetivas, nossos objetivos, motivos e propósitos. A função social, entretanto, tem a ver com as conseqüências objetivas e observáveis de nossa ação. (2). Frequentemente as nossas intenções mascaram as funções. Entrincheiramo-nos em nossas ilusões humanistas acerca do caráter essencialmente bom do conhecimento, e, em decorrência disto, tornamo-nos incapazes de perceber que o conhecimento não existe como algo abstrato. O conhecimento é permitido, exigido, pago, subvencionado, comprado, por certa sociedade, porque tal conhecimento lhe é útil, isto é, pode ser transformado nos tipos de poder que tal sociedade específica requer. A sociedade medieval necessitava de filósofos e teólogos. Este o tipo de conhecimento que lhe era funcional. Temia, ao contrário, aqueles que se dedicavam a investigações práticas da natureza, como os alquimistas e as bruxas. Nossa sociedade não mais necessita de filósofos e teólogos. Por isto, eles se tornaram obsoletos e marginais. Mas necessita ela de técnicos e de todo conhecimento que se possa transformar em técnicas de manipulação e controle, tanto da natureza quanto dos homens. Se isto for verdade, somos forçados à conclusão de que as instituições científicas gozam hoje de um prestígio que nunca desfrutaram no passado, exatamente porque produzem o conhecimento de que a nossa sociedade necessita para se manter. Como Paul Goodman o colocou:

(2) Robert K. Merton. **On Theoretical Sociology**, New York, The Free Press, 1 967, pág. 78.

“A explicação mais simples da afirmação de que hoje há mais cientistas que durante todo o resto da história está em que os interesses econômicos conseguiram colocar também a ciência a seu serviço. Não é que a nossa sociedade tenha chegado a ser uma sociedade científica, mas que o cientista chegou a ser uma das funções exploráveis.” (3).

Assim, a intenção rebelde que, em nome do caráter desinteressado (e portanto eticamente puro) da investigação científica, se recusa a responder à pergunta “Pesquisa: para quê ? ”, pode ser extremamente funcional ao pragmatismo que ela aparentemente rejeita. Na medida em que ignoramos o **para quê** real do conhecimento que produzimos, continuamos a produzi-lo de forma imperturbável e sem problemas éticos de consciência.

Sugiro que os grandes problemas com que a nossa sociedade se defronta hoje, como a proliferação da tecnologia especializada na destruição — tecnologia de guerra — , a crise ecológica, a crise urbana, podem ser interpretadas de forma coerente menos como decorrência da falta de conhecimento que do resultado do excesso de conhecimento. Físicos, químicos e biólogos, começaram a se dar conta dos efeitos potencialmente catastróficos de suas pesquisas. E muitos deles já falam na necessidade de uma recusa consciente de fazer investigações em certas áreas. Já não podem os cientistas se esquivar, afirmando produzir conhecimento puro e neutro, e que o mau uso do seu conhecimento é de responsabilidade dos políticos e administradores. Se temos consciência das possibilidades destrutivas de certo conhecimento, comportarmos-nos como se este uso escapasse da esfera de nossa competência é irresponsabilidade moral.

Ao levantar a pergunta: “pesquisa, para quê ? ”, portanto, estou afirmando que a comunidade científica se deve dar conta do sistema de determinismos sociais que se apropriam do conhecimento que ela produz, de tal forma que o saber passa a exercer função social que nada tem a ver com as melhores intenções dos cientistas.

Imagino que os matemáticos bem que podem regozijar-se. É fácil visualizar a forma como o trabalho dos químicos, físicos, biólogos se transforma em poder. Mas, e a matemática ? Para começar, a matemática não é uma ciência. Ela não lida com materiais empíricos. Os critérios de verificação e falsificação utilizáveis tanto nas ciências naturais quanto nas humanas, não se

(3) Paul Goodmann. “La Moralidad de la Tecnología Científica”. Em *Testimonium* (Montevideo), vol. XII, nº 3.

podem empregar na matemática. A matemática move-se exclusivamente na esfera da lógica. Assim, pode-se muito bem pensar que ela não pode ser transformada em mercadoria (a não ser sob a forma de livros didáticos...) O matemático inglês G. H. Hardy assim pensava, ao fazer o seu famoso brinde: “À Matemática ! possa ela nunca ter qualquer utilidade !” (4). O matemático estaria assim livre dos problemas éticos e de consciência que assolam os seus outros colegas menos afortunados. Gostaria de oferecer-lhes um pensamento de Robert Musil, o literato austríaco, que, a meu ver, lança luz sobre o problema:

“...matemática, a mãe das ciências naturais exatas, a avó da engenharia, foi também a bisavó daquele espírito do qual, no final, nasceram os gases venenosos e os aviões de caça. Na verdade, as únicas pessoas que viviam na ignorância destes perigos eram os próprios matemáticos e os seus discípulos, os cientistas naturais, que se sentiam em suas almas, como ciclistas numa corrida: pedalando furiosamente para frente e nada vendo a não ser a roda traseira do ciclista à sua frente.” (5).

A situação dos cientistas sociais parece um pouco diferente. Por exigências de sua própria ciência, eles são forçados (ou deveriam ser forçados) a se perguntarem sobre a função social do seu conhecimento. Para que produzimos ? Para quem produzimos ?

A fim de responder a tal pergunta, entretanto, sinto-me uma vez mais, forçado a desconfiar das confissões conscientes dos cientistas sociais que respondem a tais perguntas. Suas intenções, quaisquer que sejam elas, não revelam a função social do seu conhecimento. Sua condição, portanto, é rigorosamente idêntica à dos seus colegas das ciências da natureza.

Sugiro que um caminho promissor é a análise do estilo de sua produção científica.

Gunnar Myrdal chama-nos a atenção para o fato de que, “em décadas recentes, a tendência dos cientistas sociais tem sido a de se fecharem por meio de uma terminologia desnecessariamente elaborada e estranha, freqüentemente a ponto de prejudicar a sua habilidade de se entenderem uns aos outros, e talvez, ocasionalmente, mesmo a habilidade de se entenderem a si mesmos.” (6).

(4) Citado por René Dubos, *O Despertar da Razão*. São Paulo, Melhoramentos, 1972, pág. 40.

(5) Robert Musil, *The Man Without Qualities*. New York, Capricorn Books, 1965, pág. 41.

(6) Gunnar Myrdal, *Objectivity in Social Research*. New York, Random House, 1963, pág. 42.

Aceitemos, por hipótese e provisoriamente, que assim seja. Teremos de concluir que, necessariamente, um discurso que é de compreensão difícil para aqueles que já se iniciaram nos segredos da linguagem científica, deve ser absolutamente hermético e incompreensível àqueles que participam das situações sociais estudadas. O critério que governa o estilo da obra científica não é a necessidade de ser ela inteligível aos homens concretos que foram estudados, mas antes à comunidade de especialistas. Trata-se de um **falar sobre**, falar que não se dirige ao objeto, falar sobre o objeto, mas dirigido a outros.

Tal peculiaridade estilística pode muito bem ser interpretada como ato nobre. É necessário não interferir na vida. É necessário que o meu falar não se introduza, como um invasor, no tênue fio da conversação que sustenta o mundo que investigo. Escondo minhas conclusões pelo meu estilo, a fim de proteger aqueles a quem estudo, de minha intromissão indevida. Ao fazer assim, não os violento por meio do meu conhecimento.

Entretanto, temos de levar em consideração o reverso da medalha: o conhecimento assim criado foi oferecido a outros, que não os participantes da situação. E isto apresenta sempre o perigo: de que o conhecimento **sobre eles**, funcione praticamente como conhecimento **contra eles**.

Que ocorre quando o conhecimento produzido pelo labor científico não se articula com a própria linguagem do grupo estudado? Que ocorre quando o cientista não se torna um interlocutor dentro do tênue fio da conversação que sustenta o mundo? Que ocorre quando o conhecimento científico é articulado de forma que não pode ser apropriado por aqueles que se constituíram no objeto da investigação?

Vejamos o que ocorreu.

Em primeiro lugar, o cientista **usou** os homens como matéria-prima para a sua criação teórica, para o seu saber.

Segundo: o conhecimento criado assume forma objetiva como um **dizer sobre** o objeto, e que aparece sob a forma de um artigo, um livro, uma tese. O objeto foi deixado na sua condição de matéria bruta.

Em terceiro lugar, temos de nos perguntar: **para quem** foi tal conhecimento produzido? Quais aqueles que têm as condições de se apropriar dele? Obviamente o conhecimento foi produzido para alguém, mas não para os participantes na situação estudada. Quem é este alguém? As elites, que dominam os conceitos, as categorias e o estilo com o qual o objeto investigado foi teoricamente construído. O conhecimento assim obtido, concluímos, é

entregue não aos homens sobre os quais se fala, mas a outros homens. Como se o cientista dissesse ao seu objeto: "Eu te estudo. Mas o meu conhecimento a teu respeito, eu o ocultarei de ti, através do meu estilo".

Quarto: se conhecimento é poder, concluímos que as elites que têm as condições de apropriação passam a ter um **conhecimento do**, e portanto **poder sobre** os homens estudados, que eles mesmos não têm.

É necessário que o conhecimento produzido seja uma ferramenta precisa. Mas isto não basta. Ao lado da precisão, ele deve ser adaptado ao uso. **O estilo determina quem irá usar a ferramenta.** É inútil criar binóculos e microscópios para cegos. Sua precisão de nada vale. Ao construir um binóculo ou microscópio já tomei uma decisão: estas ferramentas só poderão ser usadas por pessoas que podem ver. Os conceitos que empregamos, as categorias e o estilo que usamos, de forma análoga, funcionam de forma determinista: eles selecionam previamente aqueles que poderão entendê-las e, portanto, usá-las. E, ao fazer isto, eliminam aqueles que não poderão usá-las.

Compreende-se que a obra científica seja escrita para a comunidade científica. Isto se justifica especialmente no círculo das ciências da natureza: ali, a linguagem não é um instrumento de ação direta sobre o real. Experimentos não são levados a cabo por meio de palavras mágicas. As palavras não modificam o comportamento de átomos e células.

Na sociedade, entretanto, as coisas são diferentes. A linguagem contribui para que o mundo social seja o que ele é. Como Simmel observa: "a sociedade é 'minha representação' — algo depende de minha atividade consciente — num sentido muito diferente daquele em que o mundo externo o é". (7). Meu pensamento sobre a natureza não altera a natureza. Mas, o meu pensamento sobre a sociedade altera a sociedade. Por isto a linguagem, ela mesma, é uma ferramenta para interferência direta num mundo social. Uma linguagem científica que não se articula com a linguagem falada no cotidiano, portanto, corre o risco de ser semelhante a uma técnica de laboratório que não tem meios de interagir com o objeto que está sendo investigado.

Notem: se os cientistas fizessem a opção de escrever e falar **para** aqueles que eles estudam, sua linguagem teria de ser compreendida por estes, ou seja, fora dos círculos acadêmicos. Inversamente, se a comunidade científica é o "outro significativo" a quem eles se dirigem, dificilmente os homens comuns os entenderão.

(7) Georg Simmel. "How is Society Possible? ", em Maurice Natanson, ed. *Philosophy of the Social Sciences*, New York, Random House, 1963, pág. 76.

Mas, por que tal opção ?

Há razões de natureza científica. A linguagem comum é imprecisa, falta-lhe rigor, faltam-lhe as categorias necessárias à compreensão do objeto. Entretanto, freqüentemente, esta opção se dá por razões paracientíficas, quase rituais. A iniciação à gnosia científica tende a ser verificada e testada pela capacidade de se articular o conhecimento em termos de linguagem esotérica, monopolizada pela comunidade científica. Por isto, a simplicidade passa freqüentemente por simplismo, e a compreensibilidade por superficialidade.

Creio que há uma questão moral a que o cientista social deve responder: "quais são os meus interlocutores ? a quem me dirijo ? para quem produzo conhecimento ?" Recordo as palavras de Max Weber:

"Assim, se somos competentes em nossa tarefa (...) podemos forçar o indivíduo, ou pelo menos podemos ajudá-lo a prestar contas, para si mesmo, do sentido último de sua própria conduta."

Quando conseguimos fazer isto, estamos "a serviço de forças morais". Cumprimos "o dever de produzir uma autoclarificação e um senso de responsabilidade" (8).

Quando sugiro que a comunidade científica deve fazer a pergunta "pesquisa: para quê ?" não estou, portanto, pedindo que ela justifique o seu labor em termos utilitários, pragmáticos, imediatistas e comerciais. Estou afirmando, ao contrário, que: quer queiramos quer não, o conhecimento, não importa quão puro ele o seja, e a despeito de todas as nossas intenções rebeldes, é produzido porque ele tem uma função social a desempenhar, num mundo utilitário, comercial, de produção e consumo, Produzimos um conhecimento que é necessário a alguém. Uma análise da distribuição de fundos para a pesquisa revela o grau em que os múltiplos conhecimentos se organizam numa estrutura hierárquica, em termos da sua funcionalidade face ao sistema que freqüentemente ignoramos.

A pergunta "pesquisa: para quê ?" se metaformoseia então em "pesquisa: para quem ?" Em última análise, e retomando a sugestão de Max Weber, é necessário que a comunidade acadêmica preste contas, para si mesma, do sentido último de sua própria conduta. É isto o que quero dizer ao me referir à necessidade da restauração da pergunta ética como parte integrante do labor científico.

(8) Gerth & Mills. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press, 1 958, pág. 152.